

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES

### Autor(res)

Maria Eduarda Calixto Costa  
Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Keycielle Cristina Moreira Mendes  
Cintia Pereira Dos Santos  
Luciana Calado Pena

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O direito à privacidade e ao esquecimento são fundamentais e se entrelaçam com as transformações digitais que estamos vivendo. Na era da informação, onde dados pessoais circulam com facilidade, esses direitos se tornam ainda mais cruciais para proteger a dignidade e a autonomia dos indivíduos. No Brasil, a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) representa um marco importante na proteção dos dados pessoais, estabelecendo diretrizes para o tratamento de informações. No entanto, o direito ao esquecimento ainda provoca muitos conflitos jurídicos, especialmente em um mundo digital tão globalizado, onde as informações podem ser disseminadas rapidamente e sem controle.

### Objetivo

O objetivo principal é analisar as implicações do direito à privacidade e ao esquecimento na era digital, focando na LGPD e comparar com o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR). A pesquisa compreende os desafios enfrentados pela sociedade e pela legislação na proteção da dignidade das pessoas no ambiente virtual, considerando as influências tecnológicas e sociais.

### Material e Métodos

Foram utilizadas fontes primárias, como a Constituição Federal, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, além das decisões dos tribunais como o Supremo Tribunal Federal e a Corte de Justiça da União Europeia, especialmente no caso "Google Spain vs. Mario Costeja González". A metodologia utilizada envolveu uma análise crítica das legislações nacionais e internacionais, buscando entender os limites e as oportunidades do direito ao esquecimento e à privacidade. Além disso, foi realizada uma pesquisa sobre a aplicação dessas normas nas plataformas digitais, buscando entender a aplicação prática da privacidade e o impacto da jurisprudência no direito ao esquecimento.

### Resultados e Discussão

No Brasil, o direito à privacidade é garantido pela Constituição e pela LGPD, mas o direito ao esquecimento ainda carece de regulamentação específica e enfrenta desafios jurídicos. A jurisprudência brasileira não reconhece esse direito de forma tão ampla quanto na União Europeia, onde o GDPR já está consolidado. Um exemplo é o caso “Google Spain vs. Mario Costeja González”, que permite a remoção de links irrelevantes ou prejudiciais, mas essa aplicação deve ser ponderada em situações de interesse histórico ou jornalístico, conforme demonstrado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 1.010.606/RJ (2021). Além disso, as plataformas digitais lutam para equilibrar o direito à informação e a proteção da privacidade, em um cenário que exige uma regulação mais clara das grandes empresas de tecnologia.

### **Conclusão**

O direito à privacidade e ao esquecimento é crucial para a dignidade humana na era digital. A LGPD é um avanço importante no Brasil, mas precisamos de uma regulamentação mais específica para o direito ao esquecimento. A comparação com o modelo europeu mostra que essa regulação deve ser cuidadosa, evitando abusos e respeitando a liberdade de expressão e a memória histórica, o que é essencial para um ambiente digital seguro e justo.

### **Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Recurso Extraordinário 1.010.606/RJ, 2021.
- COSTEJA GONZÁLEZ, Mario. Caso Google Spain vs. Mario Costeja González, Tribunal de Justiça da União Europeia, 2014.
- LLORENTE, Alfredo. "O Direito ao Esquecimento". Revista de Direito Digital, vol. 5, n. 2, 2017.
- PEREIRA, Samuel. "Privacidade, Proteção de Dados e o Direito ao Esquecimento". Editora Jurídica, 2020.
- BARROS, Mariana. "Proteção de Dados Pessoais: Aspectos Legais e Práticos". Revista Brasileira de Direito Digital, 2021.